

Economia

TRABALHO

Desigualdade no mercado de trabalho cresce na RMPA

Jornada feminina aumentou em uma hora em 2016, mostra pesquisa

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

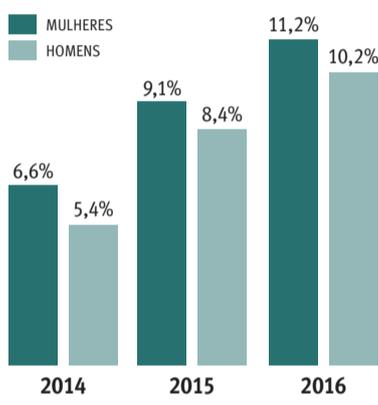
No dia em que se celebra o Dia Internacional das Mulheres, é notório que ainda não foram equacionadas as distorções vinculadas a gênero quando o assunto é atividade profissional. O décimo Boletim Especial - Mulher e Trabalho, que analisa a inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), é uma prova disso ao apontar a elevação da disparidade entre mulheres e homens nesse quesito.

A desigualdade entre as taxas de desemprego total feminina e masculina passou de 0,7 pontos percentuais, em 2015, para 1 ponto percentual no ano passado (esse aumento interrompeu a queda da diferença entre homens e mulheres, que vinha ocorrendo desde 2004). Enquanto os ho-

mens registraram um índice de desemprego de 10,2%, em 2016, as mulheres verificaram 11,2%. O levantamento foi divulgado ontem por FEE, Dieese e Fgtas.

A pesquisadora e estatística da FEE Patrícia Biasoli argumenta que as dificuldades da economia afetam ambos os sexos, po-

TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO, NA RMPA:



FONTE: PED-RMPA

rém os empregos de mulheres são, geralmente, mais vulneráveis que os destinados aos homens. Patrícia comenta que, em muitas profissões que têm intensa presença feminina, as mulheres são menos reconhecidas ou pior remuneradas, como as áreas da saúde e da educação.

De acordo com a pesquisadora, ainda é muito cedo para afirmar que o aumento da desigualdade entre homens e mulheres será uma tendência nos próximos anos. Porém, atualmente, Patrícia destaca que o cenário verificado na Região Metropolitana de Porto Alegre é semelhante ao de outras metrópoles brasileiras.

O levantamento feito na RMPA também avalia o rendimento médio real por hora, que considera a jornada de trabalho. Esse indicador mostra que a proporção do rendimento/hora das mulheres em relação aos ho-



Levantamento foi apresentado ontem por FEE, Dieese e Fgtas

mens diminuiu de 88%, em 2015, para 86,3% em 2016, isso porque a jornada feminina aumentou em uma hora, passando para 40 horas semanais, enquanto a masculina permaneceu estável (43 horas).

Ainda conforme o estudo, no ano passado, o contingente de desempregadas foi estimado em 98 mil, acréscimo de 16 mil em relação a 2015. Em 2016, o nível ocupacional apresentou retração de 4,7% para ambos os sexos. O contingente de mulheres ocupadas foi estimado em 779 mil, sendo 38 mil a menos do que no

ano anterior. Segundo Patrícia, o desempenho desfavorável do nível ocupacional das mulheres não foi pior, pois o setor mais impactado, com redução de 11,6%, foi a indústria, que atua, tradicionalmente, com mais mão de obra masculina. A queda do nível ocupacional revelou-se desfavorável à formalização das relações de trabalho diante da intensa redução do emprego assalariado feminino (-7,2%) e masculino (-6%). Para as mulheres, observou-se redução tanto do emprego com carteira assinada (-7,6%) quanto do sem carteira (-2,9%).

Reforma trabalhista 'rasgará a CLT', diz presidente da CUT

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, fez uma forte crítica ao projeto da reforma trabalhista. Para o sindicalista, a aprovação do conjunto de reformas da legislação trabalhista, previdenciária e da terceirização "rasgará a CLT" e terá como resultado a "formalização do bico".

Freitas defendeu que, com a nova lei, empregadores demitirão empregados formais para recontratá-los em condições piores. "Vai acontecer a demissão dos trabalhadores atualmente contratados pela CLT e que serão substituídos por condições muito inferiores", disse durante audiência pública que debateu ontem a reforma na Câmara dos Deputados.

O presidente da CUT rejeitou a ideia de que a proposta original

da reforma foi costurada com os sindicatos. "Não temos a menor concordância com essa proposta. Jamais a CUT negociou qualquer desses dispositivos que precarizam as relações do trabalho", disse o sindicalista.

Para Freitas, a reforma proposta "se trata de legalizar enormes equívocos". "Será a precarização indiscriminada. Você vai tirar o direito de todos que têm. Tudo isso para, pura e simplesmente, aumentar a lucratividade dos empregadores", disse.

Diante da expectativa de deterioração das relações trabalhistas, o dirigente disse que não haverá modernização da legislação. "O que acontecerá é a retirada dos direitos. Então, teremos de lutar com a força da greve e a negociação para retomar os direitos."

PREVIDÊNCIA

Maia critica lobby de servidores contra mudanças

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), defendeu as mudanças no regime de aposentadoria dos servidores públicos - previstas na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287. Ao falar para sindicalistas, ele afirmou que a Previdência não existe para pagar altos salários e deve ser encarada como uma questão de subsistência. Maia também criticou o comportamento da categoria ao atacar publicamente a reforma, com discursos inflamados a favor dos trabalhadores do setor privado, mas que, no seu gabinete, só pensa em si mesma.

"A Previdência não existe para pagar quem ganha R\$ 35 mil, R\$ 40 mil. É para quem está no regime geral. Aposentadoria é subsistência, e quem quiser algo melhor que faça algum tipo de poupança", disse o relator, acrescentando: "Os funcionários públicos têm salário maior do que os trabalhadores privados. São eles que fazem os discursos mais inflamados na comissão. Mas, quando vão falar comigo, esquecem os trabalhadores e só pensam na vida deles. Há um descompasso entre o que eles falam

na comissão e no meu gabinete".

Maia destacou que existem atualmente 89 normas diferentes de transição em vigência no regime de aposentadoria dos servidores públicos. Segundo ele, isso é uma coisa "terrível", as regras precisam ser unificadas, inclusive para todos os trabalhadores.

O relator reiterou que vai manter no relatório a aposentadoria especial para policiais (civis, federais e rodoviários), desde que eles exerçam de fato atividade de risco. A proposta do governo veda que essas categorias continuem se aposentando na frente dos demais trabalhadores.

Durante a audiência pública ontem, na Câmara dos Deputados, para discutir a reforma, representantes dos trabalhadores da segurança pública criticaram o fim da aposentadoria especial para policiais. Atualmente, policiais e professores têm direito à aposentadoria especial, com 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres, sem idade mínima. Para pessoas com deficiência ou que exercem atividade nociva à saúde ou à integridade, os critérios são 15, 20, ou 25 anos de contribuição.

O representante da União dos Policiais do Brasil (UPB), Luís Antônio de Araújo Boudens, defendeu que a segurança pública deve ser tratada de forma "diferenciada". "A aposentadoria policial é um dos poucos, senão o único atrativo hoje na carreira. Se nós tirarmos isso, vamos estar bloqueando o sonho de muitos brasileiros de fazerem parte da carreira", afirmou.

O relator da reforma criticou a mudança de regras na área rural, sobretudo para quem faz parte da agricultura familiar. O texto prevê uma contribuição individual - o que pode pesar no orçamento da família. Para Maia, o recolhimento deve ser por núcleo familiar e inferior a 5% (alíquota do Microempreendedor Individual - MEI). Ele também voltou a defender regras diferenciadas para mulheres com filhos.

O deputado destacou que o governo está na fase de precificação das sugestões de mudanças no texto original da PEC. Ele adiantou, no entanto, que há forte resistência em abrir exceções para as diversas categorias afetadas pela reforma, como policiais e professores, por exemplo.

FUNDAÇÃO SOGIPA DE COMUNICAÇÕES ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 11, letra "b", do Estatuto Social, convocamos os componentes da Assembleia desta Fundação para participação da sua Assembleia Ordinária, a realizar-se no dia 14 de março de 2017, quarta-feira, com início às 18h em primeira convocação e às 18h30min, em segunda e última convocação, na Rua Barão do Cotegipe, 415, Salão Hannover, no 2º andar da sede social da SOGIPA, obedecendo a seguinte ordem do dia: 1 - Leitura e Aprovação da Ata da reunião da reunião anterior; 2 - Apresentação do Relatório do Exercício de 2016 e do Balanço Contábil e Patrimonial do mesmo exercício, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal; 3 - Reapresentação do Orçamento de 2017 com correções; 4 - Outros assuntos de interesse da Instituição. Porto Alegre, 07 de março de 2017. Hipérides Ferreira de Mello Presidente